

# Termo de Referência 142/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
142/2024	153038-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UF/BA	MILENA DE ANDRADE FONSECA	07/01/2025 09:16 (v 9.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23066.057089/2024-01

## 1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de rações, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	RAÇÃO CAMUNDONGO COMPONENTES: MILHO INTEGRAL, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO RAÇÃO CAMUNDONGO COMPONENTES: MILHO INTEGRAL, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, APLICAÇÃO: RATOS E CAMUNDONGOS DE BIOTÉRIO, COMPONENTES VITAMÍNICOS: VITAMINA A, D3, B1, B11, B12, B6 e E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PAPEL MULTIFOLHEADO CONTENDO SACO PLÁSTICO PARA AUTOCLAVAÇÃO AUTOCLAVÁVEL A 121 COM 20 MINUTOS SEM SOFRER ALTERAÇÃO, APRESENTAÇÃO: PELETIZADA DE FORMA CILÍNDRICA.					

1	<p>ADENDO: COMPOSIÇÃO BÁSICA: MILHO INTEGRAL MOÍDO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO BICÁLCICO, CLORETO DE SÓDIO, PREMIX VITAMÍNICO MINERAL E AMINOÁCIDOS.</p> <p>APRESENTANDO OS SEGUINTE COMPONENTES COM AS RESPECTIVAS CONCENTRAÇÕES, POR QUILOGRAMA DO PRODUTO: UMIDADE MÁXIMO 12,50%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 22%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMO 4,5%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 10%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMO 8%, CÁLCIO MÁXIMO 1,4%, FÓSFORO MÍNIMO 0,8%, VITAMINA A 25.200,00 UI; VITAMINA D3 2.100,00 UI; VITAMINA E 60,00 MG; VITAMINA K3 12,50 MG; VITAMINA B1 14,40 MG; VITAMINA B2 11,00 MG; VITAMINA B6 12,00 MG; VITAMINA B12 60,00 MCG; NIACINA 60,00 MG; ÁCIDO PANTOTÊNICO 112,00 MG; ÁCIDO FÓLICO 6,00 MG; BIOTINA 0,26 MG; COLINA 1.100,00 MG; FERRO 50,00 MG; ZINCO 60,00 MG; COBRE 10,00 MG; IODO 2,00 MG; MANGANÊS 60,00 MG; SELÊNIO 0,05 MG; COBALTO 1,50 MG, LISINA 100,00 MG; METIONINA 300,00 MG; ANTIOXIDANTE 100,00 MG. SACO COM 20 KG.</p>	311337	SACO	200	R\$256,96	R\$ 51.392,00
	<p><b>RAÇÃO BALANCEADA BOVINA, INGREDIENTES: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, UREIA PECUÁRIA; NÚCLEO MINERAL DSM BOVIGOLD - 25% ME/EPP</b></p> <p>RAÇÃO BALANCEADA BOVINA, INGREDIENTES: MILHO</p>					

2	INTEGRAL MOÍDO* (STREPTOMYCES VIRIDOCROMOGENES, BACILLUS THURINGIENSIS SUBSP KURSTAKI, AGRABACTERIUM TUMEFACIENS) ; FARELO DE SOJA (AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, ARABIDOPSIS THALIANA, STREPTOMYCES VIRIDOCROMOGENES, BACILLUS THURINGIENSIS); CALCÁRIO CALCÍTICO, CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE ENXOFRE; CARBONATO DE CÁLCIO; CLORETO DE POTÁSSIO; CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM); ENXOFRE VENTILADO (FLOR DE ENXOFRE); FOSFATO BICÁLCICO; ÓXIDO DE MAGNÉSIO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE COBRE; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE CROMO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE FERRO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE MANGANÊS; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE SELÊNIO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE ZINCO; HIDRÓXIDO DE TOLUENO BUTILADO (BHT); IODATO DE CÁLCIO; MONÓXIDO DE MANGANÊS; SELENITO DE SÓDIO; SULFATO DE COBALTO; SULFATO DE COBRE MONOHIDRATADO; SULFATO DE ZINCO; VITAMINA A; VITAMINA D3; VITAMINA E. OS QUANTITATIVOS DE CADA INGREDIENTE DEVE COMPOR: MILHO MOÍDO-67%; FARELO DE SOJA-23%, UREIA PECUÁRIA-2%; NÚCLEO MINERAL DSM BOVIGOLD-8%. UNIDADE 1KG	240855	UNIDADE	11250	R\$4,25	R\$ 47.812,50

3	<p><b>RAÇÃO BALANCEADA BOVINA, INGREDIENTES: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, UREIA PECUÁRIA; NÚCLEO MINERAL DSM BOVIGOLD</b></p> <p>RAÇÃO BALANCEADA BOVINA, INGREDIENTES: MILHO INTEGRAL MOÍDO* (STREPTOMYCES VIRIDOCROMOGENES, BACILLUS THURINGIENSIS SUBSP KURSTAKI, AGRABACTERIUM TUMEFACIENS) ; FARELO DE SOJA (AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, ARABIDOPSIS THALIANA, STREPTOMYCES VIRIDOCROMOGENES, BACILLUS THURINGIENSIS); CALCÁRIO CALCÍTICO, CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE ENXOFRE; CARBONATO DE CÁLCIO; CLORETO DE POTÁSSIO; CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM); ENXOFRE VENTILADO (FLOR DE ENXOFRE); FOSFATO BICÁLCICO; ÓXIDO DE MAGNÉSIO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE COBRE; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE CROMO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE FERRO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE MANGANÊS; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE SELÊNIO; CARBO AMINO FOSFOQUELATO DE ZINCO; HIDRÓXIDO DE TOLUENO BUTILADO (BHT); IODATO DE CÁLCIO; MONÓXIDO DE MANGANÊS; SELENITO DE SÓDIO; SULFATO DE COBALTO; SULFATO DE COBRE MONOHIDRATADO; SULFATO DE ZINCO; VITAMINA A; VITAMINA D3; VITAMINA E. OS QUANTITATIVOS DE CADA</p>	240855	UNIDADE	33750	R\$4,25	R\$ 143.437,50
---	--	--------	---------	-------	---------	----------------

	INGREDIENTE DEVE COMPOR: MILHO MOÍDO-67%; FARELO DE SOJA-23%, UREIA PECUÁRIA-2%; NÚCLEO MINERAL DSM BOVIGOLD-8%. UNIDADE 1KG					
4	<b>RAÇÃO CAMUNDONGO CRESCIMENTO / REPRODUÇÃO</b> RAÇÃO CAMUNDONGO, DOSAGEM MÁXIMA UNIDADE: 125,000 PER, APRESENTAÇÃO: PELETIZADA/IRRADIADA, COMPONENTES VITAMÍNICOS: VITAMINA, E,B2,A,D6, APLICAÇÃO: CAMUNDONGO - CRESCIMENTO/REPRODUÇÃO ANIMAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROTEÍNA 200,000 G/KG, EXTRATO ETÉREO 50,000 G/KG. Fornecimento: SACO 20 KG.	613907	SACO	235	R\$339,06	R\$ 79.679,10
	<b>RAÇÃO PARA GALINHAS, INGREDIENTES: MILHO MOÍDO, FARINHA DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CALCÁRIO CALCÍTICO, NÚCLEO MINERAL DSM POLIGOLD FC POSTURA</b> RAÇÃO SUPLEMENTAR PARA AVES, COM COMPOSIÇÃO BÁSICA DE MILHO INTEGRAL MOÍDO (STREPTOMYCES VIRIDOCYROGENES, BACILLUS THURINGIENSIS SUBSP KURSTAKI, AGROBACTERIUM TUMEFACIENS), FARELO DE SOJA (AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, ARABIDOPSIS THALIANA, STREPTOMYCES VIRIDOCYROMOGENES, BACILLUS THURINGIENSIS), FOSFATO BICÁLCICO, CARBONATO DE CÁLCIO, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), VITAMINA A,					

5	<p>VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, IODATO DE CÁLCIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE COBRE, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE FERRO, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE MANGANÊS, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE SELÊNIO, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE ZINCO, DL-METIONINA, ADITIVO ENZIMÁTICO.7. A COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA DEVE CONTER 60% DE MILHO MOÍDO; 21% DE FARINHA DE SOJA; 6% DE FARELO DE TRIGO; 9% DE CALCÁRIO CALCÍTICO E 4% DE NÚCLEO MINERAL DSM POLIGOLD FC POSTURA, COM NÍVEIS DE GARANTIA POR KG DE PRODUTO DE: UMIDADE (MÁXIMO):140G; PROTEÍNA BRUTA (MÍNIMO):165G; EXTRATO ETÉREO (MÍNIMO): 25G; FIBRA BRUTA (MÁXIMO): 30G; FDA (MÁXIMO):50G; MATÉRIA MINERAL (MÁXIMO): 140G; CÁLCIO (MÁXIMO): 45G; CÁLCIO (MÍNIMO): 35G; FÓSFORO (MÍNIMO): 4.200MG; ENXOFRE (MÍNIMO): 1.000MG; MAGNÉSIO (MÍNIMO): 4.500MG; SÓDIO (MÍNIMO): 1.300MG; COBRE (MÍNIMO):8,5MG; IODO (MÍNIMO):1MG; MANGANÊS (MÍNIMO):56MG; SELÊNIO (MÍNIMO): 0,3MG; ZINCO (MÍNIMO): 43MG; FERRO (MÍNIMO):43MG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍNIMO): 9MG; BIOTINA (MÍNIMO): 0,09MG; FITASE (MÍNIMO): 1.200 FTU;</p>	233953	QUILOGRAMA	22500	R\$4,07	R\$ 91.575,00
---	---	--------	------------	-------	---------	---------------

	<p>METIONINA (MÍNIMO): 3.000 MG; LISINA (MÍNIMO): 7.000MG; COLINA (MÍNIMO): 130MG; NIACINA (MÍNIMO): 30MG; VITAMINA A (MÍNIMO): 7.200UI; VITAMINA B1 (MÍNIMO): 2,25 MG; VITAMINA B2 (MÍNIMO): 4,50MG; VITAMINA B6 (MÍNIMO): 3,15MG; VITAMINA B12 (MÍNIMO): 15µG; VITAMINA D3 (MÍNIMO): 2.700UI; VITAMINA E (MÍNIMO): 18UI; VITAMINA K3 (MÍNIMO):2,25MG. UNIDADE 1 KG</p>					
	<p><b>RAÇÃO PARA GALINHAS, INGREDIENTES: MILHO MOÍDO, FARINHA DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CALCÁRIO CALCÍTICO, NÚCLEO MINERAL DSM POLIGOLD FC POSTURA - 25% ME/EPP</b></p> <p>RAÇÃO SUPLEMENTAR PARA AVES, COM COMPOSIÇÃO BÁSICA DE MILHO INTEGRAL MOÍDO (STREPTOMYCES VIRIDOCYROGENES, BACILLUS THURINGIENSIS SUBSP KURSTAKI, AGROBACTERIUM TUMEFACIENS), FARELO DE SOJA (AGROBACTERIUM TUMEFACIENS, ARABIDOPSIS THALIANA, STREPTOMYCES VIRIDOCYROMOGENES, BACILLUS THURINGIENSIS), FOSFATO BICÁLCICO, CARBONATO DE CÁLCIO, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, IODATO DE CÁLCIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO,</p>					

6	CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE COBRE, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE FERRO, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE MANGANÊS, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE SELÊNIO, CARBOAMINOFOSFOQUELATO DE ZINCO, DL-METIONINA, ADITIVO ENZIMÁTICO.7. A COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA DEVE CONTER 60% DE MILHO MOÍDO; 21% DE FARINHA DE SOJA; 6% DE FARELO DE TRIGO; 9% DE CALCÁRIO CALCÍTICO E 4% DE NÚCLEO MINERAL DSM POLIGOLD FC POSTURA, COM NÍVEIS DE GARANTIA POR KG DE PRODUTO DE: UMIDADE (MÁXIMO):140G; PROTEÍNA BRUTA (MÍNIMO):165G; EXTRATO ETÉREO (MÍNIMO): 25G; FIBRA BRUTA (MÁXIMO): 30G; FDA (MÁXIMO):50G; MATÉRIA MINERAL (MÁXIMO): 140G; CÁLCIO (MÁXIMO): 45G; CÁLCIO (MÍNIMO): 35G; FÓSFORO (MÍNIMO): 4.200MG; ENXOFRE (MÍNIMO): 1.000MG; MAGNÉSIO (MÍNIMO): 4.500MG; SÓDIO (MÍNIMO): 1.300MG; COBRE (MÍNIMO):8,5MG; IODO (MÍNIMO):1MG; MANGANÊS (MÍNIMO):56MG; SELÊNIO (MÍNIMO): 0,3MG; ZINCO (MÍNIMO): 43MG; FERRO (MÍNIMO):43MG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍNIMO): 9MG; BIOTINA (MÍNIMO): 0,09MG; FITASE (MÍNIMO): 1.200 FTU; METIONINA (MÍNIMO): 3.000 MG; LISINA (MÍNIMO): 7.000MG; COLINA (MÍNIMO): 130MG; NIACINA (MÍNIMO): 30MG; VITAMINA A (MÍNIMO): 7.200UI; VITAMINA B1 (MÍNIMO): 2,25 MG; VITAMINA B2 (MÍNIMO): 4,50MG; VITAMINA B6 (MÍNIMO): 3,15MG; VITAMINA	233953	QUILOGRAMA	7500	R\$4,07	R\$ 30.525,00
---	---	--------	------------	------	---------	---------------



B12 (MÍNIMO): 15µG; VITAMINA D3 (MÍNIMO): 2.700UI; VITAMINA E (MÍNIMO): 18UI; VITAMINA K3 (MÍNIMO):2,25MG. UNIDADE 1KG						
						TOTAL
						R\$ 444.421,10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. *O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preços é vantajoso, na forma do artigo 22 do Decreto nº 11.462/2023.*

1.5. *Os itens cujos valores estão destacados em amarelo serão destinados à ampla concorrência, e os demais às ME/EPPs.*

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 378 e 379

IV) Classe/Grupo: 5510 - TÁBUAS E ARTIGOS CORRELATOS À BASE DE MADEIRA / 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS

V) Identificador da Futura Contratação: 153038-90135/2023

## 3. Descrição da solução

### 3.1. ITEM 1: APRESENTAÇÃO - RAÇÃO CAMUNDONGO:

3.1.1. Código CATMAT: 311337

3.1.2. Embalagem:

3.1.2.1. Tipo: saco

3.1.2.2. Unidade de medida: kg

3.1.2.3. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. composição básica: milho integral moído, carbonato de cálcio, fosfato bicálcico, cloreto de sódio, premix vitamínico mineral e aminoácidos;

b. componentes com as respectivas concentrações, por quilograma do produto: umidade máximo 12,50%, proteína bruta mínima 22%, extrato etéreo mínimo 4,5%, matéria mineral máxima 10%, matéria fibrosa máximo 8%, cálcio máximo 1,4%, fósforo mínimo 0,8%, vitamina a 25.200,00 ui; vitamina d3 2.100,00 ui; vitamina e 60,00 mg; vitamina k3 12,50 mg; vitamina b1 14,40 mg; vitamina b2 11,00 mg; vitamina b6 12,00 mg; vitamina b12 60,00 mcg; niacina 60,00 mg; ácido pantotênico 112,00 mg; ácido fólico 6,00 mg, biotina 0,26 mg; colina 1.100,00 mg, ferro 50,00 mg; zinco 60,00 mg; cobre 10,00 mg; iodo 2,00 mg; manganês 60,00 mg; selênio 0,05 mg; cobalto 1,50 mg, lisina 100,00 mg; metionina 300,00 mg, antioxidante 100,00 mg.

c. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "ração", seguida da marca comercial;

c. Identificação do lote;

d. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;

f. Prazo de validade;

g. Instruções de conservação e uso do alimento, quando necessário; e

i. Peso líquido.

3.1.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### **3.2. ITEM 2: APRESENTAÇÃO - RAÇÃO BALANCEADA BOVINA:**

3.2.1. Código CATMAT: 240855

3.2.2. Embalagem:

3.2.2.1. Tipo: saco

3.2.2.2. Unidade de medida: kg

3.2.2.3. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. ingredientes: suplemento vitamínico/farelo algodão/farelo amen-;

b. dosagem componentes: Milho moído-67%; Farelo de Soja-23%, Ureia pecuária-2%; Núcleo mineral DSM Bovigold-8%;

c. dosagem suplemento vitamínico mineral: Calcário Calcítico, Carbo amino fosfoquelato de enxofre; Carbonato de Cálcio; Cloreto de potássio; Cloreto de sódio (sal comum); Enxofre ventilado (Flor de Enxofre); Fosfato Bicálcico; Óxido de magnésio; Carbo amino fosfoquelato de cobre; Carbo amino fosfoquelato de cromo; Carbo amino fosfoquelato de ferro; Carbo amino fosfoquelato de Manganês; Carbo amino fosfoquelato de Selênio; Carbo amino fosfoquelato de Zinco; Hidróxido de tolueno butilado (BHT); Iodato de Cálcio; Monóxido de manganês; Selenito de sódio; Sulfato de cobalto; Sulfato de cobre monohidratado; Sulfato de Zinco; Vitamina A; Vitamina D3; Vitamina E;

d. aplicação: vacas leiteiras;

e. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "ração", seguida da marca comercial, quando houver;

f. Identificação do lote;

g. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;

h. Prazo de validade;

i. Instruções de conservação e uso do alimento, quando necessário; e

j. Peso líquido.

3.2.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### 3.3. ITEM 3: APRESENTAÇÃO - RAÇÃO BALANCEADA BOVINA:

3.3.1. Código CATMAT: 240855

3.3.2. Embalagem:

3.3.2.1. Tipo: saco

3.3.2.2. Unidade de medida: kg

3.3.2.3. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. ingredientes: suplemento vitamínico/farelo algodão/farelo amen-;

b. dosagem componentes: Milho moído-67%; Farelo de Soja-23%, Ureia pecuária-2%; Núcleo mineral DSM Bovigold-8%;

c. dosagem suplemento vitamínico mineral: Calcário Calcítico, Carbo amino fosfoquelato de enxofre; Carbonato de Cálcio; Cloreto de potássio; Cloreto de sódio (sal comum); Enxofre ventilado (Flor de Enxofre); Fosfato Bicálcico; Óxido de magnésio; Carbo amino fosfoquelato de cobre; Carbo amino fosfoquelato de cromo; Carbo amino fosfoquelato de ferro; Carbo amino fosfoquelato de Manganês; Carbo amino fosfoquelato de Selênio; Carbo amino fosfoquelato de Zinco; Hidróxido de tolueno butilado (BHT); Iodato de Cálcio; Monóxido de manganês; Selenito de sódio; Sulfato de cobalto; Sulfato de cobre monohidratado; Sulfato de Zinco; Vitamina A; Vitamina D3; Vitamina E;

d. aplicação: vacas leiteiras;

e. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "ração", seguida da marca comercial, quando houver;

f. Identificação do lote;

g. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;

h. Prazo de validade;

i. Instruções de conservação e uso do alimento, quando necessário; e

j. Peso líquido.

3.3.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### 3.4. ITEM 4: APRESENTAÇÃO - RAÇÃO CAMUNDONGO CRESCIMENTO/REPRODUÇÃO:

3.4.1. Código CATMAT: 613907

3.4.2. Embalagem:

3.4.2.1. Tipo: saco

3.4.2.2. Unidade de medida: kg

3.4.2.3. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. dosagem máxima umidade: 125,000 per;

b. apresentação: peletizada/irradiada

- c. componentes vitamínicos: vitamina, e,b2,a,d6
- d. características adicionais: proteína 200,000 g/kg, extrato etéreo 50,000 g/kg;
- e. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "ração", seguida da marca comercial Nuvilab;
- f. Identificação do lote;
- g. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- h. Prazo de validade;
- i. Instruções de conservação e uso do alimento, quando necessário; e
- j. Peso líquido.

3.4.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### **3.5. ITEM 5: APRESENTAÇÃO - RAÇÃO PARA GALINHAS**

3.5.1. Código CATMAT: 233953

3.5.2. Embalagem:

3.5.2.1. Tipo: saco

3.5.2.2. Unidade de medida: kg

3.5.2.3. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. composição básica: 60% de milho moído; 21% de farinha de soja; 6% de farelo de trigo; 9% de calcário calcítico e 4% de Núcleo mineral DSM POLIGOLD FC POSTURA.
- b. aplicação: fase postura crescimento
- c. percentual inclusão 4% a 6%;
- e. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "ração", seguida da marca comercial, quando houver;
- f. Identificação do lote;
- g. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- h. Prazo de validade;
- i. Instruções de conservação e uso do alimento, quando necessário; e
- j. Peso líquido.

3.5.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### **3.6. ITEM 6: APRESENTAÇÃO - RAÇÃO PARA GALINHAS**

3.6.1. Código CATMAT: 233953

3.6.2. Embalagem:

3.6.2.1. Tipo: saco

3.6.2.2. Unidade de medida: kg

3.6.2.3. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. composição básica: 60% de milho moído; 21% de farinha de soja; 6% de farelo de trigo; 9% de calcário calcítico e 4% de Núcleo mineral DSM POLIGOLD FC POSTURA.

b. aplicação: fase postura crescimento

c. percentual inclusão 4% a 6%;

e. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "ração", seguida da marca comercial, quando houver;

f. Identificação do lote;

g. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;

h. Prazo de validade;

i. Instruções de conservação e uso do alimento, quando necessário; e

j. Peso líquido.

3.6.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade:

4.1. Atesta-se que foi realizada pesquisa no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU 7ª ed. out/2024 e não foram identificados critérios e práticas de sustentabilidade específicos para os itens a serem licitados.

### Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

a. Nuvilab: para as rações de camundongo (itens 1 e 4);

### Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço Rua Barão de Jeremoabo s/n, Campus Universitário de Ondina, Bairro Ondina, CEP: 40.170-115, Salvador – Bahia, na Coordenação de Material e Patrimônio, no prazo limite de 05 dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.7.1. características solicitadas na especificação do objeto, descritas no Item 3 desse referido documento.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **Outro requisito para aceitação**

Os produtos deverão ser entregues embalados e rotulados, além disso, o fornecedor deverá estar devidamente registrado no órgão competente do Ministério da Agricultura e Pecuária de acordo com as normas dispostas no Decreto nº 12.031/2024.

#### **Subcontratação**

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados a partir da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. Os itens 2, 3, 5 e 6 devem ser entregues na Fazenda Experimental de Entre Rios, município de Entre Rios-BA, BA 400 - estrada de Entre Rios via Inhambupe, logo após a linha férrea (antigo Centro Agrícola). Os demais itens deverão ser entregues na Coordenação de Material e Patrimônio: Rua Barão de Jeremoabo s/n, Campus Universitário de Ondina, Bairro Ondina, CEP: 40.170-115, Salvador – Bahia.

5.3.1. Os bens deverão ser entregues nos endereços listados no apêndice deste documento (Relação de Unidades e Endereços), podendo estar no rol de cidades listadas no item 5.3.

5.3.2. O carregamento e/ou descarregamento dos bens, incluindo a mão de obra necessária, será por conta da contratada.

5.3. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses.*

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo responsável da unidade solicitante, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133, de 2021, art 117 caput).

6.7. O responsável da unidade solicitante acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O responsável da unidade solicitante anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ((Lei 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o responsável da unidade solicitante emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O responsável da unidade solicitante informará à Pró-reitoria de Administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV );

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o responsável da unidade solicitante comunicará o fato imediatamente à Pró-reitoria de Administração a Comissão de Processo Administrativo Sancionador;

6.7.5. O responsável da unidade solicitante comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, VII);

6.8. O responsável da unidade solicitante verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022 );

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o responsável da unidade solicitante atuará tempestivamente na solução do problema, para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

### **Gestor do Contrato**

6.9. Por se tratar de recebimento único de bem, não será designado gestor de contrato, ficando a cargo da unidade requisitante a conferência do item e adoção das providências necessárias ao gerenciamento da contratação.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a

possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estaduais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 444.421,10

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 444.421,10 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela presente no tópico 1.*

**10. Adequação orçamentária**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da nota de empenho.

**11. Obrigações do Contratante**

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. *Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;*

11.1.2. *Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;*

11.1.3. *Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;*

11.1.4. *Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;*

11.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 12. Obrigações do Contratado

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo responsável da unidade ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.8. Comunicar ao responsável da unidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.1.14. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

## 13. Infrações Administrativas

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

- a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 27% (vinte e sete por cento) do valor do Contrato.

d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 22% (vinte e dois por cento) do valor do Contrato.

f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.3.4. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.4.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 14. Classificação - Lei nº 12.527/2011

*14.1. Em atenção ao disposto no Art. 10 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81/2022, no que tange à necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, avalia-se que os documentos pertencentes ao presente processo licitatório não se enquadram como sigilosos. Assim, as informações nele contidas não necessitam de classificação e estarão disponíveis para consulta tão logo que o Edital seja publicado.*

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NICOLLE GIUDICE BRITO**

Membro da equipe e planejamento

**FLAMILSON JESUS FRIDMANN**

Membro da equipe de planejamento

**WAGNER MIRANDA GOMES**

Autoridade competente

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Relacao de Unidades e Enderecos da UFBA versao 17.10.23.pdf (545.08 KB)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**APÊNDICE A** (do termo de referência)

**ENDEREÇOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS, ADMINISTRATIVAS E SISTEMAS DA UFBA:**

**Unidades da Administração Central**

● **Coordenação de Material e Patrimônio - CMP**

Campus: Salvador - Campus Ondina

Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, S/N, Ondina, Salvador, 40170-115

Telefone : (71) 3283-6087/6085

E-mail: [cmp.proad@ufba.br](mailto:cmp.proad@ufba.br)

● **Reitoria**

Campus: Salvador - Campus Canela

Endereço: Rua Augusto Viana, s/n - Palácio da Reitoria, Canela, Salvador, 40110-909

E-mail: [gabinete@ufba.br](mailto:gabinete@ufba.br)

Telefone: (71) 3283-7027

● **Pró-Reitoria de Administração - PROAD**

Campus: Salvador - Campus Ondina

Endereço: Av. Milton Santos, s/n Pav. 06 - Ondina

Telefone : (71) 3283-6363

E-mail: [proad@ufba.br](mailto:proad@ufba.br)

● **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD**

Campus: Salvador - Campus Canela

Endereço: Av. Araújo Pinho, 265, Canela, Salvador, 40110-150

Telefone : (71) 3283-7119

E-mail: [prograd@ufba.br](mailto:prograd@ufba.br)

● **Pró-Reitoria de Ensino de Pós Graduação - PROPG**

Campus: Salvador - Campus Canela

Endereço: Rua Basílio da Gama, 06, Canela, Salvador, 40110-040

Telefone : (71) 3283-7992

E-mail: [propg@ufba.br](mailto:propg@ufba.br)

● **Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT**

Campus: Salvador - Campus Ondina

Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, S/N, Ondina, Salvador, 40170-115

Telefone : (71) 3283-5950

E-mail: [proext@ufba.br](mailto:proext@ufba.br)

● **Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN**

Campus: Salvador - Campus Canela

Endereço: Rua Augusto Viana, s/n - Palácio da Reitoria - Térreo, Canela, Salvador, 40110-909

Telefone: (71) 3283-7034

E-mail: [proplan@ufba.br](mailto:proplan@ufba.br)

● **Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP**

Campus: Salvador - Campus Ondina



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Endereço: Avenida Adhemar de Barros, s/n - Pavilhão 7 - Campus Universitário de Ondina,  
Ondina, Salvador, 40170-110  
Telefone : (71) 3283 6396  
E-mail: [prodep@ufba.br](mailto:prodep@ufba.br)

● **Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI**

Campus: Salvador - Campus Ondina  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, Pav. 1 e 2, s/n, Ondina, Salvador, 40170-117  
Telefone : (71) 3283-5836  
E-mail: [sumai@ufba.br](mailto:sumai@ufba.br)

● **Superintendência de Administração Acadêmica - SUPAC**

Campus: Salvador - Campus Canela  
Endereço: Av. Araújo Pinho, 265, Canela, Salvador, 40110-060  
E-mail: [supac@ufba.br](mailto:supac@ufba.br)  
Telefone: (71) 3283-7172

● **Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil - PROAE**

Campus: Salvador - Campus Federação  
Endereço: Rua Caetano Moura, 140, Federação - Salvador, 40210-905  
E-mail: [proae@ufba.br](mailto:proae@ufba.br)  
Telefone: (71) 3283-7802

● **Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional - SUPAD**

Campus: Salvador - Campus Ondina  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina, Salvador, 40170-115  
Telefone : (71) 3283-6474  
E-mail: [supad@ufba.br](mailto:supad@ufba.br)

● **Superintendência de Educação a Distância - SEAD**

Campus: Salvador - Campus Ondina  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Pav. 4, Ondina, Salvador, BA, 40170-117  
Telefone : (71) 3283-6490  
E-mail: [sead@ufba.br](mailto:sead@ufba.br)

● **Superintendência de Tecnologia da Informação - STI**

Campus: Salvador - Campus Ondina  
Endereço: Rua Barão Jeremoabo, s/n, Ondina, Salvador, 40170-115  
Telefone : (71) 3283-6124  
E-mail: [sti@ufba.br](mailto:sti@ufba.br)

**Unidades Estruturantes**

● **Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)**

Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/nº - Campus Universitário de Ondina, Ondina,  
Salvador, 40170-115  
E-mail: [sibi@ufba.br](mailto:sibi@ufba.br)  
Telefone: (71) 3283-6045

● **Sistema Universitário de Museus (MAE)**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Endereço: Largo Terreiro de Jesus, 17 - Antiga Faculdade de Medicina, Pelourinho, Salvador, 40026-010

E-mail: [mae@ufba.br](mailto:mae@ufba.br)

Telefone: (71) 3283-5534

• Sistema Universitário Editorial (EDUFBA)

Endereço: Rua Barão Jeremoabo, s/n, Ondina, Salvador, 40170-115

E-mail: [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

Telefone: (71) 3283-6160

**Unidades de Ensino**

• **Escola de Administração**

Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, S/N, Vale do Canela - CEP: 40110-903 | Salvador

Telefone: (71) 3283-7305/7667

• **Escola de Belas Artes**

Endereço: Rua Araújo Pinho, 212, Canela - CEP: 40110-150 | Salvador

Telefone : (71) 3283-7917/7915/7916

• **Escola de Enfermagem**

Endereço: Rua Basílio da Gama, s/n, Canela - CEP: 40110-907 | Salvador

Telefone : (71) 3283-7600/7603/7606

• **Escola de Dança**

Endereço: Av. Ademar de Barros, s/n, Ondina - CEP: 40170-110 | Salvador

Telefone : (71) 3283-6579 /6584 /6581

• **Escola de Nutrição**

Endereço: Rua Araújo Pinho, 32, Canela - CEP: 40110-150 | Salvador

Telefone : (71) 3283-7700 / 7705/7707/7708/7710/7704

• **Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia**

Endereço: Av. Ademar de Barros, 500, Ondina - CEP: 40170-110 | Salvador

Telefone : (71) 3283-6700/6705/6701/6718

• **Escola de Música**

Endereço: Av. Araújo Pinho Canela , , Salvador-BA. , 58, Canela - CEP: 40110-913 | Salvador

Telefone : (71) 3283-7885/7886/7887

• **Escola de Teatro**

Endereço: Rua Araújo Pinho, 27, Canela - CEP: 40110-150 | Salvador

Telefone : (71) 3283-7850/7852/7851

• **Escola Politécnica**

Endereço: Rua Prof. Aristides Novis, 02, Federação - CEP: 40210-910 | Salvador

Telefone : (71) 3283-9700/9701/ 9703/9712

• **Faculdade de Ciências Contábeis**

Endereço: Praça da Piedade, 06, Centro - CEP: 40.060-160 | Salvador

Telefone : (71) 3283-7568/7565/7567/7569

• **Faculdade de Comunicação**

Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n - Campus Universitário de Ondina, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Telefone : (71) 3283-6174 / 6176/6177

- **Faculdade de Arquitetura**  
Endereço: Rua Caetano Moura, 121, Federação - CEP: 40210-905 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-5882/5883/5884/5889
- **Faculdade de Educação**  
Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Canela - CEP: 40110-100 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-7272/7250/7262/ 7287/7292
- **Faculdade de Economia**  
Endereço: Praça da Piedade, 06, Centro - CEP: 40.060-160 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-7517 / 7518 /7527/7528 / 7533
- **Faculdade de Direito**  
Endereço: Rua da Paz, s/n, Graça - CEP: 40150-140 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-9048/9045/9065
- **Faculdade de Farmácia**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n - Campus Universitário de Ondina, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-6919/6900/6949
- **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
Endereço: Rua Aristides Novis, 197, Federação - CEP: 40210-909 | Salvador  
Telefone : 3331-2755
- **Faculdade de Medicina da Bahia**  
Endereço: Largo Terreiro de Jesus, s/n, Centro Histórico - CEP: 40026-010 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-5577 / 5568 /5561
- **Faculdade de Odontologia**  
Endereço: Av. Araújo Pinho, 72, Canela - CEP: 40110-912 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-8980 / 8982 /8964 /8962
- **Instituto de Ciências da Saúde**  
Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela - CEP: 40110-902 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-8885/8894
- **Instituto de Ciência da Informação**  
Endereço: Av Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela - CEP: 40110-906 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-7745/7746
- **Instituto de Biologia**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-6590/6512/6513 / 6511
- **Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação – Campus Camaçari**  
Endereço: Rua do Telegráfo, S/N, Centro - CEP: 42809-000 | Camaçari  
Telefone : (71)3644-9846
- **Instituto de Geociências**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-8600 /8573 /8601
- **Instituto de Física**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-6600 /6601 /6606



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

- **Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, PAF V - Sala 403, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-6786 /6788 /6796
- **Instituto de Letras**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, 147, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-6248 /6209 /6208
- **Instituto de Matemática**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-6275/6299 / 6258/6276
- **Instituto de Química**  
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-6800 / 6807
- **Instituto de Saúde Coletiva**  
Endereço: Rua Basílio da Gama, s/n, Canela - CEP: 40110-040 | Salvador  
Telefone : (71) 3283-7407/7409/7410/7373/7400/7460
- **Instituto Multidisciplinar de Reabilitação e Saúde**  
Endereço: - Rua Padre Feijó, 312, (Casas 47 e 49), Canela -CEP 40.110-170 Salvador  
Telefone : (71) 3283-8801
- **Instituto Multidisciplinar em Saúde – IMS CAT-UFBA – Campus Vitória da Conquista**  
Endereço: Rua Rio de Contas, 58, Quadra 17, Lote 58, Candeias - CEP: 45029.094 | Vitória da Conquista  
Telefone : (77) 3429-2700/2710/ 2712

**Coordenação de Instalações de Uso Coletivo de Ensino, Pesquisa e Extensão – CIEPE**

- **Pavilhão de Aulas Reitor Felipe Serpa (antigo PAF I)**  
Endereço: Av. Adhemar de Barros, s/nº - Campus Universitário de Ondina , Ondina - CEP: 40170-110 | Salvador  
Telefone Direto: (71) 3283-6322/6323
- **Pavilhão de Aulas Glauber Rocha (antigo PAF III)**  
Endereço: Av. Adhemar de Barros, s/nº - Campus Universitário de Ondina, Ondina - CEP: 40170-110 | Salvador  
Telefone Direto: (71) 3283-6331
- **Pavilhão de Aulas da Federação V ( PAF V)**  
Endereço: Av. Adhemar de Barros, s/n, Ondina - CEP: 40170-110 | Salvador  
Telefone Direto: (71) 3283-6335
- **Pavilhão de Aulas da Federação VI (PAF VI)**  
Endereço: Rua Caetano Moura, s/n, Federação - CEP: 40210-341 | Salvador  
Telefone Direto: (71) 3283-5878
- **Pavilhão de Aulas Thales de Azevedo (antigo PASL)**  
Endereço: Rua Aristides Novis (Estrada de São Lázaro), 197, Federação - CEP: 40210-730 | Salvador  
Telefone Direto: (71) 3283-6988
- **Pavilhão de Aulas Raul Seixas (PRS)**  
Endereço: Rua Aristides Novis (Estrada de São Lázaro), 197, Federação - CEP: 40210-730 | Salvador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Telefone Direto: (71) 3283-6988

- **Pavilhão de Aulas Reitor Heonir Rocha (antigo PAC)**

Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela - CEP: 40110-903 | Salvador

Telefone Direto: (71) 3283-7690

**Outros Unidades da UFBA**

- **Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO**

Endereço: Praça Inocêncio Galvão, 42, Largo Dois de Julho - CEP: 40050-055 | Salvador

Telefone : 3322-6742/8070

- **Centro de Estudos Baianos - CEB**

Endereço: Rua Barão de Jeremoabo - Biblioteca Central, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador

Telefone : 3237-5932

- **Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas - CETAD**

Endereço: Rua Pedro Lessa, 123, Canela - CEP: 40110-050 | Salvador

Telefone : 3336-3322 / 3337-1187 / 3177/4605

- **Centro de Pesquisa em Geofísica e Geologia**

Endereço: Rua Barão Jeremoabo, s/n, Ondina - CEP: 40170-115 | Salvador

Telefone : (71) 3283-8531/8501

- **Centro de Recursos Humanos - CRH**

Endereço: Estrada de São Lázaro, Nº 197, Federação - CEP: 40210-730 | Salvador

Telefone : (71) 3283-5850/5851

**RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

- **Residência Universitária n.º 01**

Endereço: Avenida Sete de Setembro, nº 2382, Corredor da Vitória, CEP: 40080-001, Salvador/Ba

- **Residência Universitária n.º 02**

Endereço: Largo da Vitória, 66, Vitória, CEP: 40081-305. Salvador/Ba

- **Residência Universitária n.º 03**

Endereço: Rua Barão de Loreto, nº 21/28, Graça. CEP: 40150-270. Salvador/BA

- **Residência Universitária Estudante Frederico Perez Rodrigues Lima**

Endereço: Avenida Anita Garibaldi, nº 1207, CEP: 40170130. Salvador/ Ba



Emitido em 07/01/2025

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 17/2025 - CMP/PROAD (12.01.10)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado eletronicamente em 23/01/2025 13:22 )*

NICOLLE GIUDICE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUCOM/CMP (12.01.10.02)

Matrícula: ###678#2

*(Assinado eletronicamente em 28/01/2025 12:01 )*

WAGNER MIRANDA GOMES

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROAD/UFBA (12.01.81)

Matrícula: ###762#5

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **17**, ano: **2025**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **23/01/2025** e o código de verificação: **6142dc2100**